

# A rede de localidades na Amazônia no liminar do século XXI\*

Miguel Ângelo Ribeiro\*\*

## RESUMO

O estudo da rede de localidades centrais na Amazônia fundamenta-se na existência de núcleos urbanos dotados, em maior ou menor grau, de uma centralidade obtida a partir de relações funcionais que envolvem conexões entre os homens e entre estes e os lugares. Os centros urbanos, enquanto localidades centrais, possuem funções de distribuição varejista e de prestação de serviços, com maior ou menor nível de complexidade, ocasionando fluxos de pessoas, mercadorias e informações. O grau de centralidade e a respectiva hierarquia das cidades que compõem uma determinada rede resultam tanto da complexidade das funções centrais existentes – quantidade e variedade dos bens e serviços oferecidos e das informações que recebem ou emitem – como pela intensidade e extensão espacial dos fluxos realizados.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A complexidade funcional crescente vai traduzir-se, entre outros aspectos, no fato de que cada centro situa-se simultaneamente em pelo menos duas redes. Uma constituída por localidades centrais e na qual cada centro tem uma posição e outra, menos sistemática e mais irregular, na qual cada centro desempenha um papel singu-

Na análise do conjunto de centros urbanos da Amazônia foram selecionados 203, e de acordo com os procedimentos metodológicos-operacionais adotados verificou-se que quatro cidades desempenham o papel de centros regionais: Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá; principais focos regionais de distribuição de bens e serviços, atuando internamente na Amazônia. Cumpre observar não apenas a forte influência de centros localizados extra-regionalmente, como São Paulo e Goiânia, como o fato de a Amazônia não gravitar na órbita de um único e poderoso centro regional, o que configuraria a existência efetiva de uma verdadeira metrópole amazônica.

## PALAVRAS-CHAVE:

Amazônia; Rede de Localidades Centrais; Centros Urbanos.

lar e/ou complementar a outros centros. (Corrêa, 1997, p.100)



fato de os centros se situarem em pelo menos duas redes, como afirma Corrêa (1997), decorre do desenvolvimento de uma economia globalizada, fazendo com que os centros apresentem uma complexidade de funções, participando de múltiplas redes formais e informais.

De modo sucinto, pode-se estabelecer um conceito inicial para redes a partir de Kansky, citado por Bakis (1993, p.22) e Corrêa (1988, p.107). Considera-se uma rede como “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. Para Santos (1994, p.167), as redes se originam de fixos e fluxos. Os elementos fixos, neste caso os nós da rede, são representados pelos centros urbanos (cidades), constituídos como resultado do trabalho social; e, de outro lado, através dos fluxos (caminhos, deslocamentos) que garantem as interações (relacionamentos) entre os fixos. Dentre os diversos tipos de rede destaca-se a que se refere às localidades centrais.

A rede dos lugares centrais, também denominada por Miossec (1976, p.165) como rede de distribuição (difusão), foi insistentemente analisada a partir da Teoria dos Lugares Centrais formulada por Walter Christaller (1966), com base nos graus de centralidade e nas respectivas regiões de influência de um determinado conjunto de centros. O estudo da hierarquia das cidades está pautado em questionamentos sobre o número, tamanho e distribuição das cidades e, conseqüentemente, estabelecendo a diferenciação entre elas. A natureza da rede urbana é compreendida através da hierarquia de seus centros, isto é, a posição que os mesmos ocupam em um dado conjunto de centros, em decorrência da oferta de bens e serviços, caracterizando-os assim como uma localidade central, ou seja, o centro é dotado de uma centralidade. Neste contexto, as necessidades elementares e freqüentes não implicam um deslocamento importante, realizado a curta distância, enquanto as necessidades sofisticadas e muito raras podem ser satisfeitas por um lugar central situado a uma distância maior que aquela associada aos bens e serviços de consumo freqüente.

Isto posto, o estudo em tela apoia-se em uma versão adaptada da teoria das localidades centrais, considerando-se a centralidade como um conceito útil para a análise da rede urbana da

Amazônia. Para tanto, a pesquisa apresenta-se subdividida em três partes, a saber: a primeira define os centros que compõem a rede de localidades centrais, a hierarquia urbana e as respectivas áreas de atuação; a segunda focaliza os procedimentos operacionais a fim de responder às questões levantadas; a terceira busca analisar, de modo generalizado, os resultados de acordo com os procedimentos adotados. Por fim, na conclusão alguns questionamentos serão levantados sobre a rede de localidades centrais, contribuindo para futuros estudos.

## **1 – DEFININDO A REDE DE LOCALIDADES CENTRAIS NA AMAZÔNIA**

Na definição dos centros que compõem a rede de localidades centrais, a hierarquia urbana e as respectivas áreas de atuação na Amazônia, foram utilizados os dados contidos nas matrizes produzidas pela pesquisa Regiões de Influência das Cidades, de 1993, do Departamento de Geografia do IBGE (Carneiro, s.d.). Através de levantamento específico a partir de questionário aplicado em municípios selecionados do território nacional, foram registradas a intensidade e o direcionamento (origem e destino) dos fluxos de pessoas em relação a uma variedade de bens e serviços.

A rede de localidades centrais fundamenta-se na existência de núcleos urbanos dotados, em maior ou menor grau, de centralidade, obtida a partir de relações funcionais envolvendo conexões entre os homens e entre estes e os lugares. A centralidade evidencia a concentração de transações em centros urbanos, na realidade pontos ou nós de diferentes relacionamentos. Os centros urbanos, na condição de localidades centrais, possuem funções de distribuição varejista e de prestação de serviços, com maior ou menor nível de complexidade, ocasionando fluxos de pessoas, mercadorias e informações. O grau de centralidade e a respectiva hierarquia das cidades que compõem uma determinada rede resul-

tam tanto da complexidade das funções centrais existentes – quantidade e variedade dos bens e serviços oferecidos e das informações que recebem ou emitem – como da intensidade e extensão espacial dos fluxos realizados.

No conjunto de centros urbanos da Amazônia foram selecionados 203 de um total de 2.106 pesquisados em todo o território nacional (47,0% do total de cidades brasileiras), correspondendo a 9,6% desse total. O universo da Amazônia representa aproximadamente 45,0%. A escolha desses centros fundamenta-se no Projeto REGIC/1993 (Carneiro, s.d.) a partir de critérios para escolha dos núcleos urbanos com centralidade mínima, a saber:

- 1) Centros dotados de pelo menos três das quatro características: ser sede de comarca; ter agência bancária; possuir médico e ter emissora de rádio AM/FM, segundo informações contidas nos questionários Informações Básicas Municipais (IBM) 1989, IBGE.
- 2) Cidades não selecionadas pelo critério anterior, com população total superior a 20 mil habitantes, segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991, IBGE.

No presente estudo, a informação a ser analisada se refere ao número de relacionamentos entre cidades e entre estas e municípios, tal como verificado nas matrizes de conexão, constituindo-se em uma “proxi” da intensidade de ligações e, portanto, em uma medida que identifica os centros como localidades centrais de diferentes níveis hierárquicos e suas respectivas áreas de atuação. A intensidade das ligações para um determinado centro é representada pela soma da procura por parte dos centros em todas as funções.

Diante do exposto convém reforçar o caráter geral dos resultados, demonstrando uma caracterização de um macro quadro de perfil qualitativo regional. Os resultados obtidos atendem aos propósitos estabelecidos nesta pesquisa, assim como em outras do mesmo porte e, como se sabe, tradicionalmente consagrados em estudos elaborados em órgãos de planejamento.

No bojo do horizonte estabelecido algumas questões afloram, a saber:

Como se encontram hierarquizadas e qual o grau de centralidade das cidades amazônicas? Qual a área de atuação das cidades fronteiriças do início dos anos 90, segundo a procura de bens e serviços? Qual a influência das metrópoles e capitais regionais brasileiras sobre as cidades da Amazônia?

Tais questões podem ser levantadas a partir de características encontradas na Região e que a individualizam perante as demais, tais como: a sua baixa densidade demográfica e distribuição desigual da população; a composição da sua estrutura demográfica; os níveis de renda mal distribuídos e bastante baixos; os diversos padrões culturais, representados por diferentes segmentos sociais nativos, tais como os povos das florestas, índios e caboclos, que apresentam certos hábitos de consumo e preferências nos deslocamentos espaciais; o problema da circulação, tão deficitária, representada sobretudo por estradas precárias e rios com problemas nas suas condições de navegabilidade *versus* as grandes distâncias; preço dos produtos; a própria localização dos centros, em grande parte ribeirinhos, herança do passado regional.

## **2 - OS PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

A fim de responder as questões levantadas consultou-se o questionário aplicado pelo Departamento de Geografia do IBGE (1993 apud Carneiro, s.d.) no qual constavam 46 funções centrais. Através de uma análise da ocorrência das funções nos 203 centros da Amazônia nos quais o questionário foi aplicado, selecionaram-se 12 funções que descrevessem a centralidade e a área de atuação de tais centros. A seleção das funções pautou-se por identificar aquelas que remetesse ao passado e ao presente, funções modernas e tradicionais, marcando tempos diferentes. A princípio distinguiram-se mais de doze funções, mas em decorrência do critério de

complexidade das mesmas e do conhecimento empírico, optou-se pelo total já explicitado. Sendo assim, foram selecionadas quatro funções de baixa complexidade, quatro de média e elevada complexidades e quatro de alta complexidade. Por complexidade compreendemos, no presente estudo, as funções centrais com frequências de demanda diferenciadas. Assim, as de baixa complexidade referem-se àquelas de demanda frequente, enquanto as de alta complexidade, àquelas de demanda rara. As funções são as seguintes:

- 1- **Funções de Baixa Complexidade** 1.1– Produtos para Agricultura e Pecuária (sacaria, arame farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas); 1.2 - Ferragens e Louças em geral; 1.3 – Hospital geral; 1.4 – Agências Bancárias.
- 2- **Funções de Média e Elevada Complexidade** 2.1– Caminhões Novos; 2.2– Motores e Bombas Hidráulicas em geral; 2.3– Serviços Autorizados de Eletro-Eletrônicos (conserto de vídeo cassetes, aparelhos de som, filmadoras e forno microondas ); 2.4 – Médico Pediatra.
- 3- **Funções de Alta Complexidade** 3.1– Computadores, Micro-Computadores e Periféricos; 3.2– Equipamentos e Instrumentos Médico-Cirúrgicos; 3.3 – Instrumentos Óticos de Precisão (binóculos, lupas, microscópios, lunetas, entre outros); 3.4– Escritórios de Consultoria e Planejamento.

Após a seleção das doze funções centrais, o segundo momento operacional foi o de analisar as matrizes de interações espaciais que descrevem os relacionamentos existentes entre as cidades – origem, destino e intensidade dos fluxos – obtendo-se o total de fluxos vinculados à procura dos 12 bens e serviços selecionados. Sendo assim, para os 203 centros pesquisados foram elaboradas três listagens indicativas do total de fluxos vinculados à procura dos bens e serviços dos três grupos de funções selecionadas.

A partir das listagens elaboradas e diante do quadro vinculado à procura dos bens e serviços, um terceiro momento consistiu em elaborar um quadro que permitiu estabelecer os quatro ní-

veis de centralidade, ou patamares de centros, fundamentados na hierarquia urbana. Os níveis de centralidade foram definidos com base na posição que as cidades ocupam quando se considera a intensidade da procura, medida pelo total de fluxos de bens e serviços, priorizando o total de fluxos e aqueles de alta e média complexidade (níveis 3 e 2) e, por fim, os de baixa complexidade (nível 1). Os centros regionais apresentam maior intensidade de fluxos nas funções de média e alta complexidade enquanto os centros sub-regionais nas de média e baixa complexidade. Os centros de zona, por sua vez, apresentam a tendência de maior intensidade de procura em relação aos bens e serviços de baixa complexidade.

O quarto momento da pesquisa, analisando as informações contidas nas listagens anteriores, transforma as mesmas em três matrizes de conexões. Cada uma engloba, a partir dos três grupos de bens e serviços selecionados, o conjunto de relacionamentos existentes. Nestas matrizes, as linhas identificam os lugares, vistos como locais de procura de bens e serviços; e as colunas, as localidades centrais procuradas (cidades selecionadas). Nas células de cada matriz indica-se a intensidade do relacionamento existente entre cada lugar das linhas e as diversas localidades centrais com que cada uma mantém relacionamentos. Portanto, a Matriz I corresponde aos municípios que procuram os centros selecionados para o consumo de bens e serviços de baixa complexidade; A Matriz II, o consumo de bens e serviços de média e elevada complexidade; enquanto a Matriz III, o consumo de bens e serviços de alta complexidade.

A análise destas matrizes permitiu identificar a subordinação dos lugares a uma ou mais localidades centrais, em cada grupo dos níveis das funções centrais. De modo geral, os critérios para identificação do grau de subordinação de um município são:

- (a) o patamar mínimo para um centro ser considerado uma localidade central corresponde a

três ligações totais. O município que estiver incluído entre aqueles procurados, mas que não perfizer esse total, passa à condição de subordinado;

- (b) o maior número de ligações totais define a subordinação de um município a um dado centro, desde que o mesmo não esteja sendo procurado por outro município;
- (c) um centro não pode subordinar outro que lhe seja maior no total das ligações, nem de acordo com a centralidade relativa, definida pelo total das ligações em cada uma das três matrizes das funções centrais, e
- (d) um centro que subordina um ou mais municípios não será subordinado por nenhum outro centro de acordo com a centralidade relativa.

Um quinto momento dos procedimentos operacionais foi a definição dos níveis de centralidade e do quadro classificatório da área de influência das respectivas hierarquias de lugares centrais para os 203 centros selecionados. Para a definição dos níveis de centralidade considerou-se a posição que as cidades ocupam quando se considera a intensidade da demanda, medida pelo total de fluxos de bens e serviços para essa cidade. Esse total de fluxos é resultado das matrizes que compõem os diferentes níveis das funções centrais, em número de 3. Considerou-se, ainda, a centralidade relativa das 3 matrizes de funções, priorizando aquela que indicava as de maior grau de complexidade, representada pela de número III e assim sucessivamente. A partir desses critérios pode-se identificar o grau de centralidade dos 203 centros selecionados. Neste sentido, foram definidos cinco níveis de centralidade para as cidades da Amazônia, a saber:

1. Centro Local - representado pelos centros que são subordinados diretamente a algum outro centro da Amazônia de nível hierarquicamente superior; a centralidade desses centros é restrita às circunvizinhanças.

2. Centro Emergente ou Decadente - correspondendo aos centros que apresentam funções

centrais de baixa complexidade e cujo total de demanda de bens e serviços não ultrapassa o somatório de 14 fluxos. Além disso, esses centros apresentaram pequena procura por outros municípios e, conseqüentemente, não configuram uma área de atuação própria. Trata-se de centros posicionados entre os centros locais e os de zona, conseqüentemente denominados de emergentes ou decadentes. Os primeiros atraem alguns municípios, mas na competição com outros perdem, não estruturando uma área de influência com municípios sob sua subordinação exclusiva. Isto ocorre em função dos valores das interações serem muito baixos em relação a um ou mais centros concorrentes que apresentam intensidade superior em seu total de fluxos. Não foi possível, para os 29 centros incluídos nesse nível hierárquico, distinguir aqueles que passam por um processo de ascensão (emergentes) a centro de zona daqueles classificados como decadentes: estes últimos podem, no futuro, perder essa posição e tornarem-se centros locais.

3. O terceiro nível de centralidade corresponde ao centro de zona, representado por municípios que apresentam níveis das funções centrais com predomínio daquelas de baixa complexidade (nível I), mas indicando pequenos valores nos níveis das funções centrais de média e alta complexidade (nível II e III) cujo total da demanda dos bens e serviços não ultrapassa o máximo de 50 relações e que pelo menos dominem um município. Os 155 centros classificados nesse nível hierárquico foram, em função do total de fluxos, subdivididos em dois sub-níveis. Os de nível B em número de 78, correspondem àqueles centros que perfazem totais entre 3 e 14 fluxos, enquanto os de nível A, em número de 77, incluem os centros com interações totais entre um máximo de 50 e um mínimo de 15. Neste nível há centros situados no limiar do patamar imediatamente superior, sejam eles tradicionais como o de Balsas, no Maranhão e Campos Belos, em Goiás, ou recém-criados, pós-anos 60, como Cacoal, em Rondônia.

4. O quarto nível de centralidade é representado pelo Centro Sub-Regional (Mapa 1), considerado de nível intermediário entre os de zona e os regionais. Combina pelo menos 20 relações nas funções de nível II e um total superior a 40, no somatório dos três níveis das funções centrais. No conjunto são representados por 15 centros que refletem a desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, de modo que os centros que compõem este nível são semelhantes em termos relativos, isto é, ocupam a segunda posição hierárquica em sua região, subordinando-se, em sua grande maioria, aos centros regionais da Amazônia, ou seja, àquelas cidades de primeiro nível. Porém, diferenciam-se entre si em função de alguns aspectos, a saber: alguns são recentes, caso de Rondonópolis, em Mato Grosso, e Vilhena, em Rondônia; outros são tradicionais em seus respectivos estados, tais como Bacabal e Caxias, no Maranhão; Araguaína e Gurupi, em Tocantins; Castanhal, Santarém e Marabá, no Pará; além daqueles revalorizados como Imperatriz e Santa Inês no Maranhão, Porto Velho e Jiparaná, em Rondônia e Várzea Grande, em Mato Grosso, que servem a áreas diferentes em termos de demanda e de ocupação.

Para ressaltar as diferenças internas foram subdivididos em dois sub-níveis em função do total de fluxos. Os centros incluídos no nível B, em número de oito, correspondem àqueles que perfazem totais entre 40 e 70 fluxos, apresentando representatividade nas funções centrais de nível II, superiores a 20 interações. Os classificados no nível A, em número de sete, incluem os centros que perfazem entre um mínimo de 75 e um máximo de 170 interações e em certos casos já denotando expressividade na oferta de bens e serviços de elevada hierarquia (nível III) em comparação ao sub-grupo B. O conjunto de centros classificados como sub-regional ou de nível II, e como apontado anteriormente, reflete a desigual espaço-temporalidade dos processos entre eles. Sendo assim, são semelhantes entre si, ocupando a segunda posição em suas respectivas áreas,

subordinando-se às cidades de 1º nível; mas diferenciam-se, não somente em razão do número total de fluxos, mas em função de serem recentes ou tradicionais, terem passado por um processo de revalorização e/ou servirem a áreas diferentes em termos de demanda e de ocupação. Conseqüentemente, dividiu-se o nível em dois patamares, 2A e 2B, para ressaltar e acentuar as diferenças internas.

5. Finalmente, aparecem os centros de nível mais elevado na ordem hierárquica, classificados como centros regionais (Mapa 1). Combinam mais de cem interações no tocante à procura de suas funções centrais de nível III e que perfazem um total superior a 250 relacionamentos. Neste nível, a partir dos critérios estabelecidos, foram classificados quatro centros: Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá, extremamente expressivos ao nível de suas áreas de atuação, reforçando tal papel no contexto regional e local.

A definição dos quatro níveis de centralidade dos respectivos centros selecionados tornou-se possível em função das três matrizes elaboradas para cada Unidade da Federação integrante da Amazônia, viabilizando o quadro classificatório das respectivas áreas de influência dos centros em seus diversos níveis de centralidade.

### 3 - OS RESULTADOS

De acordo com os procedimentos adotados verificou-se que a Amazônia apresenta níveis de centralidade diferenciados. Quatro cidades desempenham o papel de centros regionais: Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá. Estes são os principais focos regionais de distribuição de bens e serviços, atuando internamente na Amazônia. Cumpre esclarecer que as cidades em estudo aparecem ainda sob a influência de São Paulo, reforçando a distribuição de bens e serviços nessa Região. Além dos quatro centros regionais, quinze cidades atuam como centros sub-regionais, constituindo, importantes centros distribuidores de bens e serviços. São eles: Imperatriz, Araguaína, Bacabal, Gurupi,

Porto Velho, Castanhal, Rio Branco, Rondonópolis, Ji-Paraná, Marabá, Santarém, Caxias, Santa Inês, Várzea Grande e Vilhena (Mapa 1).

Ao analisar os resultados, constatou-se que na Amazônia há, no que se refere aos lugares centrais, um grande número de centros de zona, correspondendo a 76,3% do total dos centros selecionados. Menciona-se ainda o total de centros situados na hierarquia mais baixa na classificação dos lugares centrais, os centros locais, que perfazem mais de quatrocentas cidades da Região. Outro fato importante a observar é o aparecimento de uma nova categoria de centros: a dos emergentes ou decadentes, reveladora da ação de processos que alteraram a rede de centros, tornando-a mais desigualmente complexa.

É possível estabelecer diversos tipos de centros sub-regionais. Assim, os quinze centros podem ser identificados por suas características distintas e particulares em: (a) os que representam o traço da frente pioneira agro-pastoril e mineral – Araguaína e Gurupi, no Tocantins, Rondonópolis e Várzea Grande, em Mato Grosso e Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia; (b) centros que estão situados nas bordas nordestinas no Estado do Maranhão – Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês; (c) os que fazem parte da Amazônia tradicional e de seu sistema dendrítico-ribeirinho, geralmente antigos e revitalizados como Porto Velho em Rondônia, Rio Branco no Acre e Santarém, no Pará e (d) aqueles que margeiam as estradas como Castanhal e Marabá, no Pará.

Finalmente, quando da análise das respectivas localizações dos 155 centros de zona, observa-se a repetição dos mesmos padrões acima referidos.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**

Para responder as questões formuladas no início deste artigo e tentar articulá-las à concepção teórica, pode-se estabelecer, de modo geral, alguns comentários conclusivos quanto à rede de localidades centrais da Amazônia, a saber:

(a) O primeiro refere-se à hierarquia das cidades pautada no número, tamanho e distribuição delas na rede de localidades centrais e os diversos níveis de centralidade estabelecidos pela intensidade e alcance espacial dos fluxos relativos aos bens e serviços.

Sendo assim, verificou-se, através dos resultados, que as cidades amazônicas apresentam baixo grau de centralidade, estando mais de 60% do seu total classificadas como centros locais. Dos 203 centros selecionados, apenas 4 acusaram níveis mais elevados, classificados como centros regionais – Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá – além de 15 (quinze) centros sub-regionais. Daquele total, 76,3% são representados pelos centros de zona.

Conseqüentemente, pode-se afirmar que os resultados refletem a fragmentação da rede de localidades centrais da Amazônia, não existindo nenhum centro que, efetivamente, atue como metrópole regional como ocorreu no passado até a década de 1960. O processo de integração desestruturou a rede dendrítica de localidades centrais e, ao reestruturá-la, não somente afetou o padrão dendrítico, mas fragmentou-o (Mapa 2).

O excessivo número de pequenos centros, por outro lado, deriva tanto das baixas densidades de povoamento como da precária acessibilidade no âmbito da região. Resulta também da criação, em muitas áreas da Amazônia, de novos centros, surgidos recentemente.

(b) Um segundo comentário refere-se à área de atuação das cidades amazônicas, considerando-se os 4 centros regionais. Verifica-se que houve perda em seus limites nos casos de Belém, São Luís e Manaus. Este fato é observado no tocante aos demais centros regionais do país que apresentam esse mesmo padrão, restringindo suas áreas de atuação aos limites de suas respectivas unidades federativas. Quando alcançam outros estados, a influência deles é compartilhada com outros centros. Apesar da diminuição das respectivas áreas de influência, há um aumento do número de relacionamentos totais. Pode-se afir-

mar, em realidade, que a rede de localidades centrais não é hierarquizada apenas segundo as funções centrais, mas também em decorrência do número total de interações e de suas áreas de influência que indicam, assim, o grau de centralidade de uma cidade. Tal situação se explica em parte pelo aumento da acessibilidade, em decorrência da abertura de eixos rodoviários, na Amazônia, fazendo com que determinados centros ampliem seus fluxos, assumindo novos papéis na hierarquia e tornando-os mais complexos.

Como nos aponta Santos (1994), quanto mais complexa a divisão do trabalho, maior a diversificação e a complexidade dos objetos e das ações, havendo um aumento da circulação em decorrência de se produzir mais valores de troca, em função de uma maior especialização. Isto posto, a tendência é ocorrer um aumento das interações entre os centros principalmente os de maior hierarquia, enquanto alguns centros menores e de mais baixa centralidade perdem sua importância, diminuindo sua área de atuação.

A ampliação ou não da área de influência de um determinado centro está vinculada não somente ao número de vias disponíveis, mas também em função de fatores específicos de cada área na qual o centro atua, tais como a estrutura demográfica, níveis de renda, padrões culturais e dinâmica regional, influenciando na procura dos bens e serviços.

(c) Um terceiro comentário a ser feito diz respeito às novas relações assumidas pelas cidades da Amazônia, na qual não há uma hierarquia rígida nos relacionamentos, em que um centro menor não procura um centro de nível imediatamente superior e assim sucessivamente. Verifica-se, em realidade, e como se comprova pelos resultados empíricos, que centros locais ou de outro grau de centralidade podem procurar um ou mais centros de mais alta hierarquia, não havendo um escalonamento tão rígido, como verificado em situações passadas.

Tais resultados comprovam que a organização do espaço econômico, na qual os centros ur-

banos cumprem funções especializadas ou não, é suporte para que as cidades representem o papel de distribuidoras de seus bens e serviços, assumindo diferentes papéis na rede de localidades centrais, marcada pelo grau de centralidade e a respectiva hierarquia, decorrente da complexidade das funções centrais existentes – quantidade e variedade dos bens e serviços oferecidos e das informações que recebem ou emitem – como pela intensidade e extensão espacial dos fluxos realizados. Sendo assim, verificou-se que as cidades amazônicas apresentam baixo grau de centralidade, como já especificado, estando mais de 60% do seu total classificados como centros locais, enquanto apenas quatro centros acusaram níveis mais elevados, classificados como centros regionais, além de 15 centros sub-regionais. Juntamente com esses centros de mais alta hierarquia, Goiânia e São Paulo estabelecem ligações diretas com centros da Amazônia, configurando áreas de atuação nessa porção do espaço nacional.

O excessivo número de pequenos centros deriva tanto das baixas densidades de povoamento como da precária acessibilidade no âmbito da região. Resulta também da criação, em muitas áreas da Amazônia, de novos centros, surgidos recentemente. Tais aspectos evidenciam não apenas a forte influência de centros localizados extra-regionalmente, como o fato da Amazônia não gravitar na órbita de um único e poderoso centro regional, o que configuraria a existência efetiva de uma verdadeira metrópole amazônica. Na verdade, assiste-se hoje, na Amazônia, à combinação entre os subsistemas de funções e fluxos hegemônicos, aqueles modernos e de maior dinamismo, oriundos das metrópoles e centros extra-regionais comandados principalmente por São Paulo e Goiânia, que ampliam seus vínculos em áreas da Amazônia antes não atingidas, e os subsistemas de funções e fluxos predominantemente convencionais, presentes em centros regionais, Belém, São Luís, Manaus e Cuiabá e suas áreas de atuação, organizadas de forma hierarquizada.



Conseqüentemente, pode-se afirmar que os resultados refletem processos sociais mais complexos que se realizam de modo diferenciado entre os centros da rede urbana, gerando diferenciação hierárquica entre os centros da rede de distribuição, resultando em diferentes arranjos espaciais reveladores das diferentes formas de penetração do capitalismo, criando desiguais padrões.

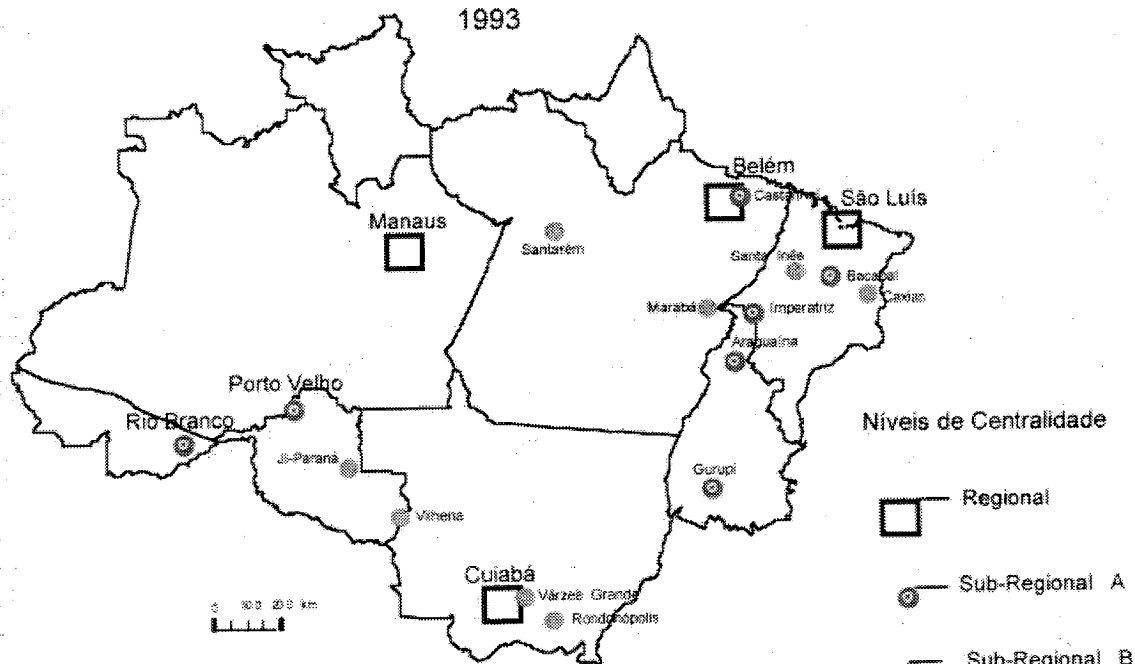
A rede urbana dendrítica que caracterizava a Amazônia perde importância diante dos novos processos sócio-espaciais, alterando a rede de localidades centrais, principalmente quando se compara às áreas de atuação dos centros regionais.

Por fim, como contribuição mais efetiva ao estudo da rede de localidades centrais da Ama-

zônia, alguns pontos para futuras pesquisas serão de extrema relevância para o entendimento da questão em pauta. Dentre os mais expressivos, pode-se mencionar: (1) o comportamento espacial dos centros locais e a delimitação de suas respectivas áreas de atuação; (2) a rede dendrítica e a organização socioespacial na porção ocidental da Amazônia; (3) a distinção entre os centros considerados emergente ou decadente e sua caracterização e classificação; (4) os centros de zona, suas diferenciações e atuação espacial; (5) os centros sub-regionais e suas articulações espaciais e (6) o papel das capitais regionais e os processos de alteração e configuração espacial.

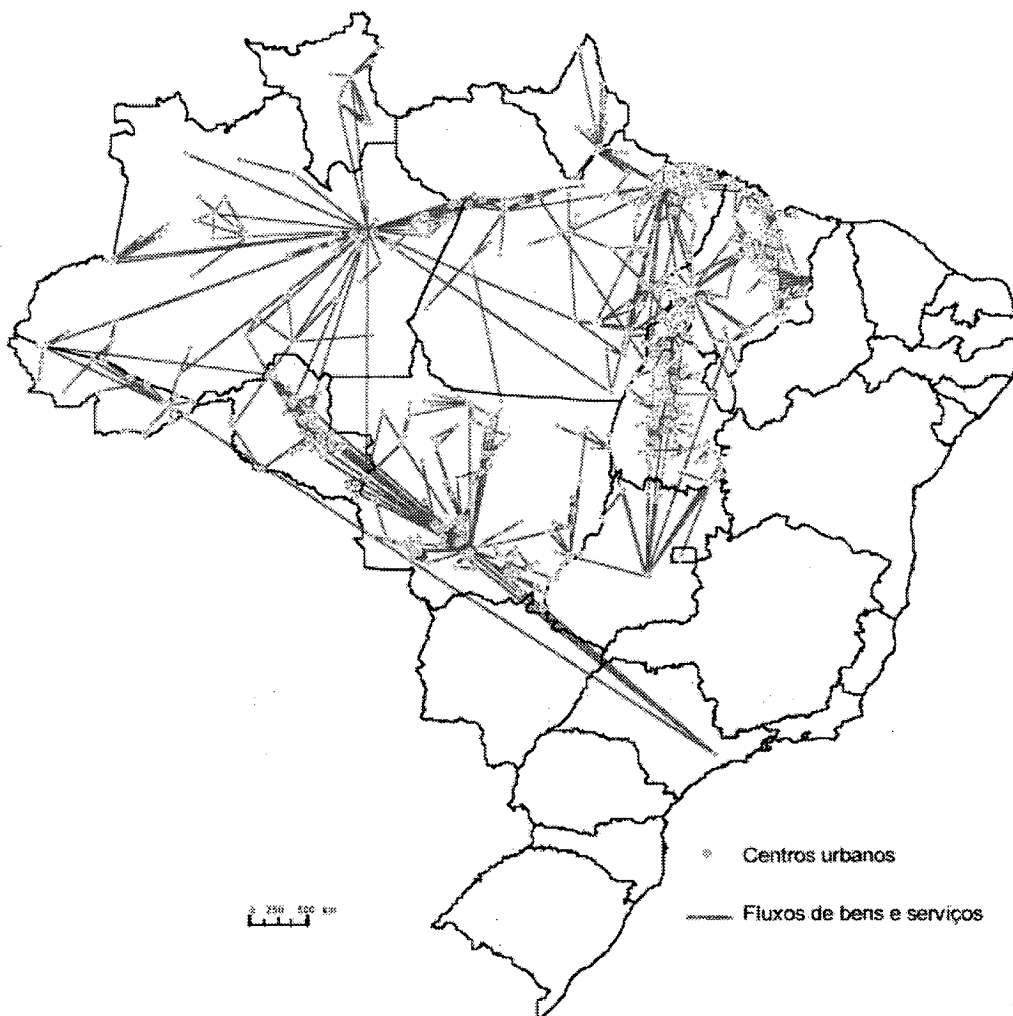
MAPA1

Amazônia: Classificação dos Centros Segundo a Hierarquia de Lugares Centrais



Fonte: IBGE/DEGED - Regiões de Influência das Cidades - 1993

Amazônia: Rede de Localidades Centrais  
1993



Fonte: BGEDEGEO - Regiões de Influência das Cidades - 1993

**NOTAS**

Este artigo fundamenta-se em parte de um dos capítulos da Tese de Doutorado *A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise*, defendida em 12/08/98. O autor expressa sinceros agradecimentos a Roberto Lobato Corrêa, pela valiosa orientação e troca de idéias, e ao Geógrafo Carlos Alberto Franco da Silva, pela leitura

minuciosa e valiosas críticas e sugestões na elaboração dessa versão.

\*\*\* Professor Adjunto. Dep. de Geografia – UERJ.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKIS, Henry. *Les Réseaux et leurs enjeux sociaux*. Que sais-Je? Presses Paris: Universitaires de France, 1993. 127p.
- CARNEIRO, Marília Carvalho et al. *Considerações sobre as redes geográficas pesquisadas pelo IBGE*. IBGE - Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: Equipe Técnica do REGIC. (mimeo) (s.d.)
- CORRÊA, Roberto Lobato. Origem e tendências da rede urbana brasileira: algumas notas. In: *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.93-106
- \_\_\_\_\_. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 50, n. 2, p. 107-124, abr./jun. 1988.
- CHRISTALLER, Walter. *Central places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall, INC. Englewood Cliffs, 1966. 230p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). *Informações Básicas*. Rio de Janeiro: IBGE/CDDI, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Sinopse do Preliminar do Censo Demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- MIOSSEC, Jean-Marie. La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique. *L'Espace Géographique*. Paris: Doin Éditeurs, n. 3, p. 165-75., juillet-septembre, 1976.
- RIBEIRO, Miguel Angelo C. *A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise*. v.1, 335p. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: PPGG / Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
- SANTOS, Milton. *Técnica espaço tempo*. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. 190p.

## ABSTRACT

*The study of the central places network in the Amazon is based on the existence of the urban nucleus comprising, on a higher or lower degree, a centrality obtained from the functional relations, which involve connections among men and among them and the places. The urban centers, as central places, have a retail distribution function and a rendering services function, with a greater or smaller complexity level, which causes a flux of people, goods and*

*information. The centrality level and the respective hierarchy of the cities that comprise a certain network are in as much as the result of the existing central functions complexity - the quantity and variety of the assets and services offered and the information received or given - as the intensity and spatial extension of the performed flows.*

*On the analysis of the group of the Amazon urban centers we selected 203 and, according to the methodological-operational procedures adopted, we verified that four cities have the role of regional centers: Belém, São Luiz, Manaus and Cuiabá, the main regional focuses of distribution of assets and services, acting internally in the Amazon. We should note that not only the strong influence of the urban centers located out of the region, as São Paulo and Goiânia, as well as the fact that the Amazon do not turns around the orbit of a sole and strong center, that would outline the effective existence of a real Amazon metropolis.*

## KEYWORDS:

*Amazon; Central Places Network; Urban Centers.*

